



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Educação e política social.

**LAICIDADE NA ESCOLA PÚBLICA:
REFLEXÕES SOBRE O RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
DE VITÓRIA (ES)**

Ariane Celestino Meireles¹
Cristina Rocha²

Resumo

Os temas relacionados à diversidade sexual, gênero e raça, especialmente no trato das religiões de matriz africana, tem provocado embates no ambiente escolar em Vitória e no contexto nacional brasileiro. O tema da laicidade veio à tona devido à suposta “ameaça à família natural” defendida por grupos religiosos cristãos. A elaboração e aprovação do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação de Vitória jogaram luz à questão. Esta pesquisa debruça-se sobre conflito relacionado à igualdade racial ocorrido em escola da rede pública de Vitória, que obteve repercussão na imprensa capixaba em 2017. Apresenta os modos como foi tratado pela política educacional do município e sugere alternativas de enfrentamento às violações dos direitos humanos no contexto escolar na realidade local.

Palavras-chave: Laicidade; Escola pública; Racismo religioso.

**Secularity in the Public School:
reflections on the human rights approach
in the municipal education of Vitória (ES)**

Abstract

The themes related to sexual diversity, gender and race, especially in the treatment of religions of African matrix, have provoked conflicts in the school environment in Vitória and in the Brazilian national context. The theme of secularism has come to light because of the alleged "threat to the natural family" advocated by Christian religious groups. The elaboration and approval of the National Plan of Education and the Municipal Plan of Education of Vitória shed light on the issue. This research focuses on some conflicts related to the racial equality, occurred in Vitória's public schools, that obtained repercussion in the press of Espírito Santo in 2017. It presents the ways in which the educational policy of the municipality was treated and suggests alternatives to address human rights violations in the school context in the local reality.

Keywords: Secularism; Public school; Religious racism.

Introdução

O Brasil passa por uma grave crise política na atualidade e há alguns anos as novas expressões políticas e sociais dos movimentos religiosos³, especialmente neopentecostais, têm conquistado espaço na política, na economia, na cultura e na

¹Doutoranda em Ciências da Educação (Universidade do Porto), Mestre em Política Social (Ufes) professora da rede pública municipal de Vitória. E-mail: <arianemeireles@globo.com>.

²Doutora em Ciências da Educação e professora associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. E-mail: <crocha@fpce.up.pt>.

³ Para este estudo, as religiões de tradição cristã serão as contempladas, considerando sua forte expressão na sociedade brasileira e o modo como se insere no espaço escolar tradicionalmente.

educação nacional, aliando-se à forte representação católica que historicamente exerce poder nestes campos (VITAL e LOPES, 2012; GUIDOTTI, 2016; CAPUTO, 2015). Representantes e aliados desses movimentos religiosos com perfil conservador ocupam cada vez mais espaços de poder não apenas no parlamento ou igrejas de suas representações, mas também nas mídias televisiva e digital, o que provoca forte impacto na formação de opinião de milhares de pessoas, “[...] angariando adeptos a discursos e práticas moralizantes e conservadoras” (MUSSKOPF, 2013, p.158) e comprometendo o direito à educação das e dos estudantes (PIRES e MINOTTI, 2016). Desta forma alcançam um número amplo de novos adeptos e difundem valores morais baseados em suas crenças religiosas, especialmente contrárias aos direitos das mulheres, da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (LGBTI) e da população negra e indígena, que vinham tendo expressão curricular na escola pública, que se afirma como democrática e laica. A educação escolar tem sido o setor onde se faz sentir uma importante concentração da intencionalidade conservadora desses grupos.

Vitória é particularmente sensível a este processo em curso. Capital do estado do Espírito Santo (ES), já obteve os títulos de capital brasileira da homofobia nas escolas, segundo a UNESCO (2004) e de capital mais violenta contra as mulheres, segundo o mapa da violência no Brasil do ano 2015⁴, além da região se destacar na violência contra jovens negros (CERQUEIRA; MOURA, 2013). Vitória também é uma das cidades de maior concentração de pessoas convertidas às religiões evangélicas (NERI, 2011), e, segue-se a esta informação o fato de que um 40% das mulheres que denunciam violência doméstica no Brasil declaram-se evangélicas (VILHENA, 2009).

A capital também se destaca por haver sido uma das primeiras do país a eliminar dos planos de educação para o decênio 2015-2025 a abordagem sobre gênero e sexualidade. A questão da igualdade racial, apesar dos entraves, conseguiu ser mantida no texto final, ainda que as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que se referem ao estudo da história das populações negras e indígenas, encontrem forte barreira de implementação no processo educacional. Barreiras colocadas por agentes públicos com perfil fundamentalista religioso, que vão desde vereadores e deputados que exercem poder na

⁴ O Espírito Santo registrou a maior taxa de feminicídio do país em 2018. Fonte: <<http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/feminicidios-no-brasil/>>.

política local, até professoras e professores que se recusam a abordar tais temas em suas aulas em nome da moral religiosa, além de contribuírem na obstrução de iniciativas de colegas que veem na educação crítica uma possibilidade de prevenção e enfrentamento às violências.

Acrescenta-se a este conjunto as famílias de estudantes e crianças que organizam-se para inibir as abordagens curriculares de valorização da cultura negra e indígena, bem como práticas pedagógicas de prevenção e enfrentamento à LGBTIfobia e violência de gênero.

Posta esta realidade, questiona-se como o sistema de educação municipal de Vitória se comporta para promover uma educação básica que enfrente os desafios das múltiplas expressões do racismo, incluindo as questões religiosas. Em Vitória registram-se casos de cerceamento da prática escolar de professoras e professores que realizam ações pedagógicas com estas temáticas. Alguns desses episódios ocuparam a imprensa local e um deles provocou comoção pública no município, levando movimentos sociais capixabas às ruas em protesto à tentativa de obstrução do trabalho de uma professora, relacionado à igualdade racial.

Esta questão tem a moral religiosa baseada na fé cristã como pano de fundo. A noção de “pecado”, o discurso condenatório às expressões da cultura negra e a demonização das práticas curriculares que expressam a religiosidade africana e afro-brasileira são as mais evidenciadas. A educação pública nacional e a capixaba, em particular, registra casos de racismo religioso⁵ no cotidiano das escolas.

Para a finalidade deste estudo, foi selecionado um caso cuja relevância alcançou repercussão para além do universo escolar, chegando a ser tema de audiências públicas no parlamento municipal e exaustivamente debatido em plenárias de professoras e professores na fase preparatória da Conferência Municipal de Educação em 2018. Isso evidencia que a questão da laicidade no espaço público - neste caso, na escola pública - provoca interesse não apenas de educadores e educadoras, mas de todo um conjunto

⁵ O termo “racismo religioso” refere às violências e intolerância religiosas sofridas pelas pessoas adeptas das religiões de matriz africana, no caso do Brasil. Os movimentos sociais utilizam “[...] o termo ‘racismo religioso’ de modo a conseguirem efetivar suas denúncias de modo eficaz quando recorrem à polícia e órgãos da justiça brasileira” (BRASIL, 2016, p. 96).

da sociedade, considerando a parcialidade dos interesses de determinados grupos sobre o tema, com posições contrárias ou favoráveis à sua abordagem no currículo.

Importa destacar que não existe uma homogeneidade quanto ao olhar condenatório dos grupos religiosos sobre os temas em tela, uma vez que vozes dissidentes dentro destes mesmos grupos se manifestam em favor da liberdade de expressão no que se refere às questões relacionadas à laicidade nos espaços públicos⁶. A diversidade se expressa também neste campo como expressão da realidade.

A temática da igualdade racial contemplada está diretamente relacionada ao racismo religioso praticado num Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei) em 2017. O estudo se propôs a 1) realizar breve abordagem sobre o conceito laicidade; 2) realizar análise do caso referido a partir de matérias veiculadas na imprensa local capixaba e 3) registrar o diálogo com equipes da Comissão de Estudos Afro-brasileiros (Ceafro) e Comissão de Educação das Relações Étnico-raciais (Cerer) da Secretaria Municipal de Educação de Vitória para conhecer as ações da Secretaria de Educação que respondam à demanda produzida pelo enfrentamento ao caso referido. Finaliza com algumas considerações sobre possibilidades de enfrentamento ao racismo religioso nas escolas públicas.

Exu nas escolas ou Sobre um pastor que declara guerra às bonecas Abayomi

*[...] Exu nas escolas
Exu no recreio
Não é Show da Xuxa
Exu brasileiro
Exu nas escolas
Exu nigeriano
Exu nas escolas
E a prova do ano
É tomar de volta
Sua alcunha roubada [...]*

Exu nas escolas
Elza Soares/Kiko Dinucci/ Edgard

⁶ Para citar alguns desses movimentos religiosos progressistas: 1) Católicas pelo Direito de Decidir (CDD): <<http://catolicas.org.br/>>; 2) Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG): <<https://mulhereseig.wordpress.com/>>; 3) Koinonia: <<http://koinonia.org.br/>>.

O fato: uma professora de arte, da educação infantil, propõe o “projeto Bonecas Abayomi” para o conjunto de crianças com idade entre 3 a 6 anos de um Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei) de Vitória para o ano letivo de 2017. O referido Cmei localiza-se em uma região da cidade considerada de classe média e situa-se no espaço de uma igreja evangélica batista.

O projeto surge dentro da proposta de Promoção da Igualdade Racial com estudos sobre a história e cultura do povo afro-brasileiro e africano conforme preconiza a Lei 10.639/03. A professora, consoante à proposta pedagógica do Plano de Ação do referido Cmei e atendendo às prescrições curriculares do tema, realiza o projeto com atividades diversificadas como oficina de capoeira, dança afro, maculelê, exibição de filmes, contação de histórias, dramatizações e a confecção de bonecas negras, dentre outras.

Na atividade de construção de bonecas negras, a professora elegeu as Abayomi, bonecas negras feitas de retalhos de tecidos, criadas pela artesã carioca Lena Martins em 1987 na perspectiva de “contribuir para a eliminação do racismo”, segundo afirma em sua página na web⁷. Segundo Vieira (2015), as Abayomi foram concebidas por mulheres negras e serviam

Para acalantar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos tumbeiros – navio de pequeno porte que realizava o transporte de escravos entre África e Brasil – as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção. As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa ‘Encontro precioso’, em Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano cuja população habita parte da Nigéria, Benin, Togo e Costa do Marfim.

Após o estudo deste contexto histórico, a confecção das bonecas Abayomi pelas crianças no Cmei resultou na produção de um mural com uma grande boneca negra e as pequenas Abayomi coladas na vestimenta. A peça foi afixada no espaço externo da sala de arte, dentro do planejamento executado, junto a outros trabalhos referentes à cultura afro-brasileira, também expostos.

⁷ Fonte: < <http://www.bonecasabayomi.com.br/>>.



Painel Boneca Abayomi. Fonte: arquivo pessoal

Como mencionado, tal Cmei encontra-se no espaço de uma igreja batista, por contrato de aluguel. Algumas salas destinadas ao uso do Cmei também são utilizadas pela igreja nos finais de semana. O pastor da igreja, ao ver a obra exposta no mural, decidiu arrancá-la por entender que se tratava de “macumba”, dentro do espaço da igreja, nas suas palavras. No primeiro dia de aulas, após o fato, a professora de arte percebeu a ausência da peça na exposição e foi informada do ocorrido. Recuperando a peça, a professora voltou a afixá-la no mesmo local anterior e no fim da semana o pastor voltou a retirá-la, desta vez escondendo a peça.

A professora, a partir daí, decidiu recorrer às instâncias de direitos da população negra como a Comissão de Estudos Afro-brasileiros (Ceafro) e Comissão de Educação para as Relações Étnico-raciais (Cerer), que situam-se na Secretaria Municipal de Educação de Vitória. Buscou apoio no Conselho Municipal do Negro (Conegro), no Conselho Municipal de Direitos Humanos e também recorreu ao Ministério Público Estadual, além de divulgar na imprensa o ocorrido.

A repercussão do caso foi ampla, uma vez que a imprensa local ofereceu destaque em várias matérias sobre a situação no jornal de maior cobertura no Estado⁸.

⁸ Links das matérias sobre o caso estão disponíveis nas Referências.



Protesto em frente à escola infantil. Fonte: Gazeta Online⁹

A epígrafe: Exu nas escolas tece crítica à laicidade nas escolas, considerando o histórico vínculo das tradições religiosas cristãs neste espaço público. Sugere que Exu adentre as escolas e resgate (ou plante) uma história africana pouco conhecida e, também por isso, rejeitada.

E quem é Exu? Orixá. Divindade do panteão africano. Cultuado nas religiões de matriz africana no Brasil, especialmente a umbanda e o candomblé. Senhor da comunicação. Conhecido e reconhecido pelos caminhos que abre e pelas muitas traquinagens que faz, considerando sua semelhança com os seres humanos. Aquele a quem se deve muito respeito e a quem se oferece a primeira oferenda nas cerimônias religiosas. Sem Exu não se faz nada, afirmam as crenças afro-brasileiras. Orixá mais demonizado entre todos. Venerado e temido. Respeitado e desprezado. É o Orixá da dualidade. É preto. Contrário do Deus branco, puro, imaculado, santo, hegemonicamente aceito e que entra nas escolas de um país laico com a facilidade que entraria em igrejas. E...por que Exu não pode também entrar?

Exu não entra porque o racismo religioso é uma realidade no Brasil e a demonização de toda expressão cultural negra é condenada abertamente na sociedade brasileira marcadamente eurocêntrica. O racismo religioso performa uma multiplicidade de práticas de inibição à liberdade religiosa de determinadas profissões de fé em nome de uma religião dominante. Na realidade brasileira, se direciona especialmente às

⁹ Ver fonte: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/08/protesto-contraracismo-apos-pastor-retirar-boneca-negra-de-escola-1014093346.html>>.

religiões de matriz africana (CAPUTO, 2015; DEUS, 2019) sendo a umbanda e o candomblé as mais expressivas neste campo.

A expressão *intolerância religiosa* tem sido a mais utilizada nos estudos sobre as desigualdades perpetradas por razão religiosa no contexto brasileiro (BRASIL, 2016). No entanto, no entendimento que a tolerância denota uma suposta superioridade daquele que tolera e rejeitando a idéia de condescendência que o termo supõe, concordamos com Deus (2019) quando registra a expressão *racismo religioso* para indicar todo um movimento de aniquilação do que tem pertencimento cultural negro, ainda que não se refira diretamente à prática religiosa. Neste sentido, o contexto escolar municipal de Vitória tem muito a dizer sobre as dificuldades de professoras e professores em praticar a docência com o exercício da capoeira, das apresentações de Bandas de Congo, do uso de tambores e outros instrumentos musicais afro-brasileiros, dos turbantes e roupas coloridas de origem africana, das danças e encenações culturais de tradição africana e afro-brasileira e também da confecção das bonecas Abayomi, entre outras.

Exu nas escolas convida a inquietar as mentes e provocar reflexões sobre as práticas veladas (e também explícitas) de racismo em nome de uma suposta pureza branca, cristã, higienizada e amplamente aceita na escola.

Referimos acima que Vitória é uma capital com expressivo número de pessoas evangélicas. Este dado pressupõe que professoras e professores também professam tais religiões, o que pode contribuir para as dificuldades de exercício docente livre do racismo religioso. O cenário nacional não é diferente e, sobre isso, a pesquisadora Silva (2014) relata que

[...] O desafio maior hoje é a atuação das igrejas evangélicas através dos professores evangélicos que, em sua grande maioria, demonizam tudo em relação à história e cultura afro-brasileira. Porque a história e cultura afro-brasileira parte da religiosidade, da cultura e eles acham que tudo é demônio [...].

O legado de luta e resistência dos povos africanos e afro-brasileiros contra as forças da opressão colonial se reinventa nas atuais lutas contra os diversos modos de manifestação do racismo no Brasil. Muitas dessas lutas se materializam em políticas públicas, e a educação municipal de Vitória tem o que dizer sobre isso.

Modos de resistência: atuação do poder público municipal no enfrentamento ao racismo

Uma importante parte desta pesquisa foi acompanhar as ações da Secretaria de Educação de Vitória no acompanhamento do caso em questão, uma vez que uma das pesquisadoras atua diretamente no setor responsável pela discussão curricular das questões raciais.

Em 2019 faz 15 anos que a Comissão de Estudos Afro-brasileiros (Ceafro) de Vitória foi concebida. Criada em 2004, após a promulgação da Lei 10.639/03, a Ceafro de Vitória entra no registro histórico nacional como uma das primeiras iniciativas de implementação da referida Lei no Brasil pelo poder público (MEIRELES, CARVALHO, CAMARGO, 2017). Acrescida da Comissão de Educação das Relações Étnico-raciais em 2008, amplia suas ações para as questões indígenas e aumenta sua responsabilidade de atuar com diferentes recursos para o enfrentamento ao racismo institucional e seus desdobramentos.

As atribuições da Ceafro e Cerer abarcam a formação docente, assessorias formativas com orientações curriculares no trato das relações étnico-raciais na educação entre outras, na perspectiva de proporcionar a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (2005, p.16) na convicção de que,

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos.

Foi nesta direção que a Ceafro/Cerer foram demandadas a atuar no caso específico do referido projeto Abayomi. Acionada pela professora e pelo Conegro, uniu-se à Comissão de Educação em Direitos Humanos, também da Secretaria da Educação Municipal, e realizou no conjunto de ações: a) encontro presencial com a professora autora do projeto Abayomi; b) formação nas relações étnico-raciais na educação com o tema Laicidade para docentes e equipe gestora do Cmei; c) participação direta nas atividades do Projeto Abayomi (presença nas aulas de dança e capoeira; participação nos ensaios e atividade cultural de encerramento do projeto), entre outras.

A atuação diretamente na unidade escolar se fez necessária especialmente pelo fato de a professora haver percebido uma tendência de posicionamento polarizado por parte das colegas professoras e até mesmo pela equipe gestora. Algumas se posicionaram favoráveis à ação do pastor e outras, contrárias. Esta situação, pela repercussão alcançada,

exigiu uma atuação mais presente não apenas das comissões citadas, mas de diversas profissionais da Secretaria de Educação, afirmaram as integrantes da Ceafro/Cerer.

Por parte da Secretaria de Educação, os diálogos com o pastor, bem como as declarações à imprensa sobre o caso, foram executadas exclusivamente pela Secretária de Educação, que garantiu a execução do projeto no cumprimento de todas as etapas.

Concordamos com Pires e Moretti (2016, p.) quando afirmam que

O Brasil deve enfrentar o fato de ter favorecido o etnocentrismo europeu e o catolicismo no conteúdo curricular; ter adotado um projeto político colonizador que satanizou outras religiões; de ser um Estado laico que mantém feriados e símbolos religiosos da tradição cristã; e de conviver com a disparidade entre a legislação formal e a aplicação dessas disposições por parte de educadores, agentes públicos, aprendizes e a comunidade escolar.

Enfrentar este fato obriga, também, a pensar nas crianças e jovens de terreiro que estão inseridas nas escolas públicas e se vêem forçadas a silenciar e omitir seu pertencimento religioso para se protegerem de situações de violências que se dão de diferentes modos, simbólica ou concretamente. Obriga a pensar nas pessoas adultas que assumem o lugar docente, um lugar de poder, para que reafirmem na prática a ética proclamada por Freire (2009) quando convida a pensar na educação para a autonomia.

Considerações finais

As citadas equipes da Secretaria de Educação informaram que as temáticas em tela constituem os eixos centrais da formação continuada de educadoras e educadores da rede municipal de educação que se processa por meio de cursos semi-presenciais de longa duração e assessorias nas unidades escolares contemplando os temas, além de outras ações.

As tentativas de obstrução das ações pedagógicas que abordam a igualdade racial de professoras e professores do município de Vitória, alimentadas por convicções morais religiosas, têm sido um desafio que ultrapassa a dimensão midiática, uma vez que esta limita-se a apresentar apenas os casos que são denunciados e de grande repercussão. O estudo alcançou outras situações semelhantes por meio do diálogo com as comissões mencionadas, que levanta um alerta sobre a necessidade de permanecer com as ações formativas aumentando o alcance na comunidade escolar, entre outras ações.

Notou-se, a partir do diálogo com as comissões citadas, que existe um desconhecimento de suas ações por parte de significativo número de educadores e educadoras, especialmente aqueles e aquelas contratadas temporariamente. Este fato prejudica maior alcance junto às unidades escolares onde exista resistência na implementação de propostas curriculares de promoção da igualdade racial e que evidenciam aspectos culturais da população negra.

Uma outra consideração tratada foi a necessidade de abrir-se um canal de diálogo eficiente em que profissionais da educação possam manifestar-se frente às tentativas de obstrução de ações pedagógicas que contemplem os temas da igualdade racial, diversidade sexual e relações de gênero. Neste sentido, as comissões Ceafro/Cerer estudam caminhos junto à gestão municipal, em constante diálogo com a categoria do magistério, na perspectiva de favorecer as escutas das suas vozes e ampliar o alcance na busca pela igualdade racial na educação municipal.

Referências

- BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. **Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011-2015): resultados preliminares**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, SDH/PR, 2016.
- CAPUTO, Stella Guedes. **Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- CERQUEIRA, Daniel R. C.; MOURA, Rodrigo Leandro de. **Vidas perdidas e racismo no Brasil**. Nota técnica. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_notatecnicadie st10.pdf. Acesso em: 10 nov. 2015.
- DEUS, Lucas Obalera de. **Por uma perspectiva afrorreligiosa: estratégias de enfrentamento ao racismo religioso**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- GUIDOTTI, Vitor Hugo Rinaldini. **Dissimulação intolerante: o espectro religioso e suas implicações para uma educação em direitos humanos em diferentes escolas de Amambai, MS**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2016.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de gênero: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.).

Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade. Rio Grande: ed. da FURG, 2017.

MEIRELES, Ariane C.; CARVALHO, Heloisa I. S.; CAMARGOS, Katia R. 13 anos de Ceafro Vitória: conquistas e desafios. SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS BRASILEIRAS, 9, 2017. Anais [...]. Vitória: UFES, 2017. Disponível em: http://neab.ufes.br/sites/neab.ufes.br/files/field/anexo/anaisix_seminario_nacional_de_educacao_das_relacoes_etnico-raciais_brasileiras_1-merged.pdf. Acesso em: 15 mar, 2018.

MUSSKOPF, André. A relação entre diversidade religiosa e diversidade sexual: um desafio para os direitos humanos e o Estado laico. **Estudos de Religião**, v. 27, n. 1, p. 157-176, jan./jun. 2013.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). **Novo Mapa das Religiões.** Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2011. Disponível em: <http://fgv.vr/cps/religião>. Acesso em: 27 jul. 2015.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; MORETTI, Gianna Alessandra Sanchez. Escola, lugar do desrespeito. Intolerância contra religiões de matrizes africanas e escolas públicas brasileiras. In: _____. **Direitos humanos e efetividade: fundamentação e processos participativos.** Florianópolis: CONPEDI, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se deus fosse um activista dos direitos humanos.** Coimbra: ed. Almedina, 2014.

SILVA, Ana Célia. **Professores evangélicos impedem ensino da história e cultura africana nas escolas.** GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra, 2014. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/professores-evangelicos-impedem-ensino-da-historia-e-cultura-africana-nas-escolas-diz-especialista/#gs.j8zODNI>. Acesso em: 28 set. 2016.

VIEIRA, Kauê. **Bonecas Abayomi: símbolo de resistência, tradição e poder feminino.** GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra, Disponível em: <https://www.geledes.org.br/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>. Acesso em: 23 nov. 2017.

VILHENA, Valéria Cristina. **Pela voz das mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Humanidades e Direito, São Paulo, 2009.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

Links de matérias sobre o Caso das bonecas Abayomi em Vitória – Jornal A Gazeta Online

LOPES, Raquel. **Pastor manda tirar boneca africana de creche e dispara: "É macumba"**. GAZETA ONLINE: Vitória, 2017. Disponível em:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/08/pastor-manda-tirar-boneca-africana-de-creche-e-dispara---macumba-1014088181.html>. Disponível em: nov. 2017.

Boneca afro em escola: professora diz que vai continuar com projeto GAZETA ONLINE: Vitória, 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/08/boneca-afro-em-escola-professora-diz-que-vai-continuar-com-projeto-1014088783.html>. Disponível em: nov. 2017.

PROTESTO contra racismo após pastor retirar boneca negra de escola. GAZETA ONLINE: Vitória, 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/08/protesto-contraracismo-apos-pastor-retirar-boneca-negra-de-escola-1014093346.html>. Disponível em: nov. 2017.

SILVA, Sullivan. **MPES investiga polêmica de painel com boneca africana em creche.** GAZETA ONLINE: Vitória, 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/09/mpes-investiga-polemica-de-painel-com-boneca-africana-em-creche-1014100465.html>. Disponível em: nov. 2017.